



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 4174/ 2012

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.32.000.000393/2012-34

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA

PROCURADOR OFICIANTE: ÂNGELO GOULAR VILLELA

RELATORA: RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

MATÉRIA: Peças de informação. Possível crime de estelionato (CP, art. 171). Revisão de declínio (Enunciado nº 32¹). Notícia de fraude de serviço oferecido a usuários de telefone celular na internet. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

**HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES
AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, consequentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV, da CF/1988.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, **HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO**, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo Membro do *Parquet* Federal, às fls. 20/22.

Devolvam-se os autos à origem com nossas homenagens, para remessa ao Ministério Público estadual.

Brasília/DF, 03 de dezembro de 2012.

Raquel Elias Ferreira Dodge
Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 2ª CCR/MPF

LT

1 Enunciado nº 32: Compete à 2ª Câmara homologar declínio de atribuição promovido por membro do Ministério Público Federal em favor do Ministério Público Estadual ou de outro ramo do Ministério Público da União, nos autos de peças de informação ou de procedimento investigatório criminal (cf. deliberação realizada em 16.12.2009 pelo E. Conselho Nacional do Ministério Público nos autos do Processo CNMP nº 0.00.000.000894/2009-84). (001ª Sessão de Coordenação, de 17.05.2010)